



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA – UNILAB

INSTITUTO DE HUMANIDADE E LETRAS – IHL

CURSO DE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

AMINATA MENDES

CABO VERDE: ESTADO, IDENTIDADE NACIONAL E DESENVOLVIMENTO

REDENÇÃO,
2014.

AMINATA MENDES

CABO VERDE: ESTADO, IDENTIDADE NACIONAL E DESENVOLVIMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Bacharelado
Interdisciplinar em Ciências Humanas do
Instituto de Humanidades e Letras da
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito
parcial para a obtenção do Título de
Bacharelado em Humanidades. Orientador:
Prof. Dr. Bas'Illele Malomalo.

REDENÇÃO,
2014.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte
Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos– CRB-3 / 1219

M49c Mendes, Aminata.

Cabo Verde: estado, identidade nacional e desenvolvimento. / Aminatas Mendes.
Redenção, 2014.

39 f.: il.; 30 cm.

Monografia do curso do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Bas'Ílele Malomalo.
Inclui referências.

1. Cabo Verde - História. I. Título.

CDD 966.58

AMINATA MENDES

CABO VERDE: ESTADO, IDENTIDADE NACIONAL E DESENVOLVIMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Bacharelado
Interdisciplinar em Ciências Humanas do
Instituto de Humanidades e Letras da
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito
parcial para a obtenção do Título de
Bacharelado em Humanidades. Orientador:
Prof. Dr. Bas'ilele Malomalo.

Aprovado em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bas'ilele Malomalo (Orientador)
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Carlos Subuhana
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Gledson Ribeiro de Oliveira
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades encontradas, no decorrer deste curso.

Agradeço a meus pais, Vicente Mendes e Bacilia Mendes, heróis, pra mim, que me deram apoio e incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

Obrigada meus irmãos e sobrinhos, que nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo superior, sempre me fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente.

Ao meu orientador, profº Dr. Bas'ilele Malomalo, pela paciência na orientação e incentivo, que assim, tornou possível a conclusão deste trabalho. A todos os professores de banca, Gledson Ribeiro e Carlos Subuhana, por terem compartilhado os seus conhecimento comigo, bem como a minha madrinha, professora Vera Rodrigues.

Meus agradecimentos aos amigos(as) Armando, Ivanilson, Tamilton, Jorge Cambinda, Carlos, Jeremias, Marciano, Felisberto, Ângelo, Adulai, Benvinda, Honorata, Idilaida, Libania, Ana Clara, Meire, Ana Cristina, companheiros(as) de trabalhos e irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida, com certeza.

Agradeço a todos(as) os professores da UNILAB por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por me terem feito aprender.

À Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira UNILAB, pela oportunidade de eu fazer o curso.

RESUMO

O trabalho discute, na perspectiva dos Estudos Africanos, o processo de formação de Estado-nação e identidade cabo-verdianos, considerando a sua formação no século XV com a ocupação portuguesa, o tráfico e a escravidão dos africanos nas ilhas e a sua colonização. Os esforços da construção de um Estado-nação começaram a se desenhar no século XX, e Cabo Verde, vista como uma nação mestiça desde os anos de noventa, é avaliada como uma das democracias exemplares na África e no mundo onde seus governos procuram promover o desenvolvimento social e econômico de seu povo.

Palavras chaves: Cabo Verde. Estado-nação. Democracia. Desenvolvimento. Identidade nacional

ABSTRACT

The paper discusses, from the perspective of African Studies, the process of formation of the nation-state and Cape Verdean identity, considering their training in the fifteenth century with the Portuguese occupation, trafficking and slavery of Africans on the islands and their colonization. The efforts of building a nation state began to emerge in the twentieth century and Cape Verde, seen as a mixed nation, since the early nineties is rated as one of the exemplary democracies in Africa and the world where its governments seeks to promote social and economic development of its people.

Key words: Cape Verde. Nation-state. Democracy. Development. National identity

RESUMU

E tarbaju na diskuti na manera di studu Africanu, formason di stadu nason ku identidadi kabuverdianu na si formason na sekulu XV ku ocupason purtugis, na trafiku ku skravidon di afrikanus na ilha i ku si kolonizason. Sforsu di konstruson di um stadu nason kunsu na deseñadu na sekulu XX kabu Verdi odjadu suma nason misturadu, desdi anus noventa i odjadu suma un pais di izemplu na demokrasia na Afrika ku i na mundu unde ku si gubernantis buska pasanta danti disinvovimentu sosial ku ekonomiku di si pubis.

Palabra tchabi: Kabu Verdi. Stadu nason. Dimokrasia. Disinvovimentu. Identidadi nasional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I: PROCEDIMENTO METODOLÓGICO E CONCEITUAL DA PESQUISA.....	10
1.1. Metodologia da pesquisa.....	10
1.2. Conceitos básicos da pesquisa.....	11
CAPÍTULO II: A CONQUISTA DAS ILHAS CABO VERDE	14
CAPÍTULO III: IMPACTO DO TRÁFICO ESCRAVISTA E DA ESCRAVIDÃO NA FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO DE CABO VERDE	19
CAPÍTULO IV: RESISTÊNCIAS, LUTA PELA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA E A SEPARAÇÃO ENTRE O CABO VERDE E A GUINÉ BISSAU.....	22
CAPÍTULO V: IDENTIDADE NACIONAL E DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE	25
5.1. Cabo Verde: Estado-nação, democracia e desenvolvimento	25
5.2. Desenvolvimento cultural e identidade nacional	27
5.3. Cultura de Cabo Verde e suas manifestações linguísticas e religiosas	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICAS	38
SITES CONSULTADOS.....	39

INTRODUÇÃO

O que motivou esta investigação é, primeiramente, o meu interesse pelo assunto em geral: a formação do Estado-nação em Cabo Verde, que foi objeto de uma pesquisa que desenvolvi com o meu orientador, intitulada “Geografia política e econômica em África: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa”. Esta pesquisa tem por objetivo nos iniciar na pesquisa sobre a África contemporânea. O segundo motivo é o meu desejo em me aprofundar neste assunto, saindo das pressuposições, para entender como andou e anda o processo de construção da identidade nos países africanos, especialmente, em Cabo Verde.

Os historiadores referem-se à conquista de Cabo Verde que se deu no século XV, mais precisamente em 1460. A colonização portuguesa começou logo após a sua descoberta, sendo as primeiras ilhas a serem povoadas, as de Santiago e Fogo. O arquipélago era importante por sua posição geográfica, que o tornava ponto nodal de navegação do Atlântico (HERNANDES, 2005).

No contexto do processo expansionista europeu, iniciado na era de quatrocentos, e de que os portugueses e castelhanos foram, indubitavelmente, os grandes iniciadores; algumas das ilhas atlânticas, como o arquipélago de Cabo Verde, iam sendo paulatinamente achadas ou descobertas, vindo a desempenhar um papel de extrema importância no prosseguimento desse processo. Tal viria a revelar-se, pelo seu impacto e pelas transformações que engendrou como algo de transcendente para o mundo hodierno em geral e o Atlântico em particular.

Algumas questões presentes desta investigação são essas: quais são as razões que levaram ao incremento do povoamento da ilha de Santiago a partir de 1466? Porque a Coroa portuguesa teria aberto mão do monopólio dos tratos e resgates dos escravos nos rios de Guiné, por causa do comércio do ouro em pó? Como se deu a formação de nação cabo verdiana?

Tendo como pano de fundo as questões levantadas acima, argumentaremos neste trabalho que, as razões que levaram ao incremento do povoamento da ilha de Santiago em 1466, eram a disputa pelos bens materiais e capitais que levarão à Coroa portuguesa a procura de mão de obra em continente africano. Neste contato entre os colonizadores e

os colonizados, acabou se formando aquilo que é a sociedade cabo-verdiana, ou seja, uma identidade nacional e um Estado-nação cabo-verdianos.

Este trabalho tem por objetivos específicos: analisar a formação do Estado-nação em Cabo Verde; compreender a identidade cabo-verdiana contemporânea e o desenvolvimento social-econômico, cultural e político ocorrido neste país no final do século XX e início do século XXI.

Divide-se em cinco capítulos. O primeiro apresenta o procedimento metodológico e os conceitos básicos da pesquisa; o segundo analisa o tema da conquista das ilhas de Cabo Verde; o terceiro mostra o impacto do tráfico de escravidão nessa sociedade; o quarto destaca as questões de resistências, luta pela independência política e a separação entre o Cabo Verde e a Guiné Bissau; e, o último, foca na questão de identidade nacional e desenvolvimento deste arquipélago africano.

CAPÍTULO I: PROCEDIMENTO METODOLÓGICO E CONCEITUAL DA PESQUISA

1.1. Metodologia da pesquisa

A metodologia desta pesquisa fundamenta-se na perspectiva dos Estudos Africanos que privilegiam uma abordagem multidisciplinar na coleta de dados, como na sua interpretação, combina a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental na coleta de dados. Conforme Antônio Carlos Gil (1996), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir do material já elaborado constituído, principalmente, de livros e artigos científicos. Nessa nossa investigação, faremos uso dos trabalhos dos africanistas das humanidades. Temos uma bibliografia geral como as de Leila Leite Hernandez (2005) e outra específica sobre Cabo-Verde de Leila Leite Hernandez (2002), Hopffer David Almada (2006), António Carreira (2000) e Filinto Elísio Correia Silva (2005).

Por fontes documentais entendemos, na concepção de Gil (1996), o conjunto de dados que ainda não receberam um tratamento científico. No caso da nossa pesquisa, são informações produzidas sobre a África contemporânea que coletaremos através de sites que abordam o tema de nosso estudo, tais como: o Instituto Nacional de Estatística INE (2012), a revista eletrônica, “NÓS GENTI – negócios, pessoas e empreendimento em Cabo Verde” (2014) e as Nações Unidas em Cabo Verde – junto em ação (2010).

A análise dos dados coletados foi feita à luz dos Estudos Africanos fazendo, especificamente, uso combinado do olhar da História e da Sociologia. Conforme Ali Mazrui (2010, p. 1-6), a história contemporânea da África deve ser analisada ou interpretada a partir de três domínios: o econômico, o cultural e o político e, a nossa pesquisa tem o foco mais voltado nos domínios cultural e político. No plano cultural, segundo aquele autor, os temas abordados abarcam todo o horizonte compreendido entre religião e a literatura. Esse período da história da África corresponde a uma importante fase de africanização das religiões vindas de fora, cristianismo e islamismo. Igrejas cristãs independentes fizeram sua aparição, afirmando sua identidade com maior autoconfiança, particularmente na África Central e Meridional. O mesmo alerta, igualmente aos Estudos da África, deve considerar o papel das línguas europeias e a utilização do alfabeto latino no processo de codificação das línguas nacionais.

Quanto ao domínio político, Ali Marzrui (2010), informa-nos que é preciso considerar os principais processos como as revoluções sociais, a libertação, a formação do Estado e a edificação da nação. Neste quadro também se deve os esforços levados a cabo pela África na época pós-colonial visando superar as relações de dependência ainda subsistentes frente às antigas potências coloniais.

1.2. Conceitos básicos da pesquisa

Abordaremos, nesse subcapítulo, os conceitos básicos desta investigação: Estado, nação e identidade cultural.

Analizando o problema da origem do Estado, Norberto Bobbio (2012) afirma que entre os historiadores das instituições que descrevem a formação dos grandes estados territoriais a partir da dissolução e transformação da sociedade medieval, existe uma tendência a sustentar a solução de continuidade entre os ordenamentos da antiguidade ou da idade intermediária e os ordenamentos da idade moderna e, em consequência, a considerar o Estado como uma formação histórica que não só existiu sempre, como nasceu numa época relativamente recente.

Continua afirmando que quem descreveu com extraordinária lucidez este fenômeno foi Max Weber. Para Bobbio (2012), este sociólogo alemão viu no processo de formação do Estado moderno um fenômeno de expropriação por parte do poder público dos meios de serviço como as armas, fenômeno que caminha lado a lado com o processo de expropriação dos meios de produção possuídos pelos artesãos por parte dos possuidores de capitais.

Nesse sentido, é que, para Bobbio (2012), o Estado, entendido como ordenamento político de uma comunidade, nasce da dissolução da comunidade primitiva fundada sobre os laços de parentesco e de formação de comunidade mais amplas derivadas da união de vários grupos familiares por razões de sobrevivência interna (o sustento) e externa (a defesa).

Por longa tradição o Estado é definido como o protetor da *summa protesta*; e a análise do Estado se resolve quase totalmente no estudo dos diversos poderes que competem ao soberano. A teoria do Estado apoia-se sobre a teoria dos três poderes (o legislativo, o executivo e o judiciário) e das relações entre eles (BOBBIO, 2012, p. 68-77).

Essa é a perspectiva que nos interessa nesse momento quando falamos do Estado cabo-verdiano; estamos a nos referir a uma instituição burocrática de ordenamento político de uma comunidade que se expressa através dos três poderes mencionados por Bobbio (2012).

Por outro lado, começaremos a definir a nação na perspectiva de Madeira Matinoli Simone Campos (2001). Para esta autora:

A nação é uma realidade emocional, baseado em sentimentos que não tem origem econômica. O conceito de nação de Weber é o de ‘uma comunidade de sentimento que se manifestaria adequadamente num Estado próprio; daí, uma nação é uma comunidade que normalmente tende a produzir um Estado próprio’ (CAMPOS, 2001, p. 13).

Como se percebe, Campos fundamenta a sua definição de nação em Max Weber e coloca a sua origem no sentimento coletivo. Ela afirma que o seu fundamento não é econômico, mas o que sabemos é que, além de os sentimentos serem importantes na fundação de uma nação, os interesses econômicos e culturais dos grupos sociais que reivindicam a origem de uma nação devem ser levados em conta.

Para Moema Parente Aungel (2007, p. 270), a nação é vista como uma entidade primordial que se impõe aos indivíduos na medida em que possuem, em comum, certos elementos como território, a língua, a cultura, e também a raça, a religião, traços que a fazem existir objetivamente, como “fato social”, independentemente dos indivíduos, do que pensem os sujeitos isoladamente. A ideia de nação, para ela, está ligada a valores culturais que devem ser preservados e não podem ser substituídos.

Outro conceito importante para esta pesquisa, é a identidade cultural. Na perspectiva de Stuart Hall (2011, p. 53-56), a identidade nacional é representada, muitas vezes, como primordial, quer dizer “está lá, na verdadeira natureza das coisas”, algumas vezes adormecida, mas sempre pronta para ser “acordada” de sua “longa, persistente e misteriosa sonolência”, para reassumir e ser inquebrantável. Está lá desde o nascimento, unificada e contínua, “imutável” ao longo de todas as mudanças, eterna.

A identidade nacional, para aquele autor, é também, muitas vezes, vista simbolicamente como base da ideia de um povo original. Mas, nas realidades do desenvolvimento nacional, é raramente esse povo primordial que persiste ou que exercita o poder.

Contudo, o exame crítico que Hall (2011) faz solapar é a ideia da nação como uma identidade cultural unificada e imutável. As identidades nacionais, para ele, não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas. Assim, alerta ele, quando vamos discutir se as identidades nacionais estão sendo deslocadas, devemos ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para “costurar” as diferenças numa única identidade.

É dentro desta perspectiva que analisaremos a formação do Estado-nação, da identidade nacional e do desenvolvimento em Cabo Verde com base em uma literatura de estudos culturais e africanistas.

CAPÍTULO II: A CONQUISTA DAS ILHAS CABO VERDE

Nesse segundo capítulo, trataremos da conquista estrangeira das ilhas de Cabo Verde e dos processos de seu povoamento.

Leila Hernandez (2002; 2005) afirma que a descoberta de Cabo Verde se deu a partir de 1460/62, quando os portugueses, castelhanos e genoveses descobriram as ilhas de Santiago e Fogo com a liderança de Antônio Noli e Diogo Gomes.

Em 1460, escreve ela, que António de Noli chegou ao grupo formado pelas ilhas orientais e meridionais do arquipélago de Cabo Verde em 1462 e D. Fernando encontrou as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia e São Nicolau. Quatro anos mais tarde, por uma carta Régia de D. Afonso, o infante D. Fernando recebeu como doação perpétua e irrevogável as ilhas de Santiago, Fogo, Sal, Boa Vista e Maio.

O certo é que, à data da descoberta, as ilhas se encontravam desertas. Isso sim é relevante, na medida em que tudo teve de vir de fora, inclusive, portanto, o modelo de ocupação que não teve que modificar nada previamente existente.

Quando os estrangeiros chegaram às ilhas, apenas encontraram tamarindos, urzela e pregoeiros e, além destes, uma vegetação bravia que cobria a superfície das ilhas.

Tal como nas restantes ilhas do Atlântico, as sementes e plantas que se experimentaram no início foram aquelas que eram mais familiares aos portugueses, como os cereais de praga (trigo, centeio, cevada...), vinha e oliveira. Mas os obstáculos impostos pelas condições climáticas, como escassa pluviosidade devido à situação geográfica, ocasionavam estorvo à transplantação das bases alimentares dos europeus e de seu modo de vida.

Antonio Carreira pensa diferente de Hernandez (2005) sobre o processo de ocupação das ilhas de Cabo Verde. Para Carreira (2000, p. 294-297), a ilha se achou já habitada de muitos homens pretos que, por tradição, diziam-se ter precedido de um rei Jalofo, e que, por causa de uma sublevação fugiram de seu país com suas família para buscar refúgio em uma canoa na costa do continente do Cabo Verde. Mas, como houve uma veemente tempestade de vento leste, que são frequentes nesta costa desde Maio até

Outubro, o ímpeto dos ventos fez aportar a canoa nesta ilha, que fica ao oeste do Cabo Verde.

Para aquele autor, na descoberta das ilhas de Cabo Verde, foi encontrado unicamente o povoado de Santiago, os negros Jalofofós que ali tradicionalmente viviam por causa de ter fugido de perseguições de Felupes, seus vizinhos, que foram lançados pelas brisas e correntes ao oeste. Em qualquer caso, afirma Antonio Carreira (2000), embora argumentação antiga apresente as ilhas como desertas à chegada dos descobridores, não se deve excluir de todo a hipótese de Santiago ter sido refúgio de um pequeno grupo de náufragos jalofofos ou outros habitantes de Cabo Verde (lebus ou sereres, etc), antes da chegada dos portugueses.

O arquipélago era importante por sua posição geográfica, que o tornava ponto nodal de navegação do Atlântico. Nesse sentido, as ilhas eram necessárias não só para que Portugal pudesse dar continuidade aos descobrimentos mais ao sul e assegurar o comércio na costa africana, como também para empreender as expedições para as Índias Ocidentais e América.

(...) Por isso, já em 1462, tem início o lento e difícil povoamento de Cabo Verde, diante o efetivo processo de ocupação portuguesa, o que ocorre na ilha de Santiago. O marco é sua divisão em duas capitânias: uma ao sul, com sede na Ribeira Grande, doada a António de Noli e outro ao norte em Alcatrazes, entregue a Diogo Gomes (HERNANDEZ, 2002, p. 21-22).

Para Hernandez (2002), o povoamento de Cabo Verde em 1462 era muito lento devido ao pequeno número de europeus que foram enviados pelos seus príncipes e reis para iniciar o resgate — entenda-se compra dos escravos na costa da Guiné.

Por volta de 1510 havia uma população pequena constituída por portugueses, castelhanos e genoveses entre outros europeus concentrados, na sua maioria, em Santiago e um pequeno número, em fins do século XV, na Ilha de Fogo. As restantes ilhas receberam imigrantes mais tarde.

Nos anos de 1462 a 1647, Santiago constituiu, predominantemente, um entreposto para o comércio, sobretudo de escravos, um ponto de parada onde era cobrado o pagamento de tributos e dízimos à fazenda Real.

Para incentivar a colonização, a corte portuguesa estabeleceu uma carta de privilégio em 1466 aos moradores de Santiago do comércio de escravos na Costa da Guiné. Em Ribeira Grande – Santiago - estabelece-se a primeira feitoria. Foi estabelecida uma feitoria em Ribeira Grande - Ilha de Santiago, que serviu como ponto de escala para os navios portugueses e para o tráfico e comércio de escravos que começava a crescer por essa época. No mesmo ano, concedendo aos donatários o pleno exercício da jurisdição cível e criminal e a prerrogativa do direito de posse e o uso da terra.

Além disso, lhes outorgava a regalia de receber o dízimo das produções agrícolas. Também conferia aos moradores de Santiago, o privilégio de tratar e resgatar escravos na costa da guine (HERNANDEZ, 2002, p. 23-25).

A citação anterior mostra que, a partir de 1466, os portugueses começaram o tráfico, o comércio de escravos, e tiveram o controle dos produtos agrícolas nas ilhas.

Divididas as áreas das duas donatarias, e determinado o povoamento das ilhas, em especial a de Santiago, os povos brancos tiveram de recrutar mão de obra do continente fronteiriço, porque não possuíam condições de resistência ao clima para cultivar os campos, apascentar o gado e fazer tudo o mais que colonização exigia. Daí o fato de ter começado logo a trazer escravos da costa e dos rios de Guiné, uma primeira fase mais para o povoado e garantia da exploração da terra. Alguns seriam, depois, aproveitados para venda em outras áreas. E com eles se veio a iniciar o tráfico para as Canárias, Europa e Antilhas (CARREIRA, 2000, p. 284).

O sistema de dominação nas ilhas estabeleceu o regime de propriedade da terra, criou as condições legais para o tráfico negreiro e propiciou mão-de-obra escrava para o arquipélago. De todo modo Santiago foi, sem dúvida, o principal eixo econômico, o centro político-administrativo e o espaço de maior concentração populacional de Cabo Verde. Foi também ponto de parada de todos os mercadores que transportavam escravos e outras mercadorias da costa da África à Europa e às Américas para efetuar pagamento de tributos.

A comercialização dos produtos de exportação, como açúcar, algodão urzela, purgueira e mesmo o sal, era diretamente controlada pela coroa ou por comerciantes que adquiriam esse direito mediante a compra de concessões. Em outras palavras, desde 1580, pouco a pouco, passava a ser exercido o exclusivo colonial (HERNANDEZ, 2005. p. 523).

A mão-de-obra escrava, ainda que em graus diferenciados, foi elemento fundamental da vida de Cabo Verde, nela se apoiando as atividades econômicas. Em especial, até o final de século XIX, na ilha Sotavento (Santiago, Fogo, Brava e Maio), o escravo era mais do que instrumento de trabalho, representava a própria materialização da riqueza do margo. Contudo, a escravidão passou a ter um custo muito alto pela baixa produtividade da mão de obra e ter de enfrentar formas de rebeldia, como fugas para o alto dos montes.

Ainda mais, com o domínio espanhol em Portugal (1580-1640), a situação econômica do Arquipélago agrava-se, nomeadamente devido aos ataques dos piratas ingleses, holandeses e franceses, que atacavam embarcações e cidades, raptando e destruindo, mas que, ao mesmo tempo, proporcionavam aos escravos oportunidades de fuga para as regiões dos interiores remotos onde se vão formando comunidades de africanos livres conhecidos como “badios” (vadios). Dos diversos atacantes, destaca-se o famoso corsário inglês, Sir Francis Drake que, no século XVI, saqueia e queima a Ribeira Grande. É, aliás, devido à grande vulnerabilidade aos ataques exteriores que, no século XVII, a capital de Cabo Verde é transferida da Vila da Ribeira Grande para um local militarmente mais defensável, a Praia. Os ataques de piratas prolongaram-se até ao princípio do século XVIII (NÓS GENTI, 2014).

No século XVIII, os portos de Cabo Verde voltam a adquirir uma grande importância para as navegações de longo curso que cruzam a zona do Atlântico. A caça à baleia, a partir do final do século contribui, igualmente, para reanimar os seus portos. Entre as culturas que são introduzidas, destaca-se a do cultivo do café em 1790, primeiro na ilha de S. Vicente e depois nas restantes. No entanto, a aridez do território e a extrema irregularidade do clima, tornaram-se um sério obstáculo ao seu desenvolvimento (NÓS GENTI, 2014).

Apesar dos acordos entre Portugal e a Inglaterra para a proibição do tráfico de escravos, mesmo depois da sua interdição a Norte do Equador, em 1815, esta atividade comercial prospera na região. Barcos espanhóis, franceses, brasileiros e ingleses, escalavam nos portos de Cabo Verde cheios de escravos para o Brasil, EUA, Cuba e outros lugares com os quais os portugueses mantinham relações comerciais.

O fim efetivo do comércio de escravos, no século XIX, provoca uma profunda crise nas ilhas. Também o desenvolvimento de plantações acaba por ter efeitos devastadores no ambiente, como a destruição de enormes manchas florestais, para dar origem a explorações agrícolas, agravando, assim, as condições climatéricas em períodos de seca (CARREIRA 2000).

Cabo Verde atravessa, então, vários períodos de crise que se prolongam através dos séculos, estimando-se que mais de 120.000 pessoas tivessem sido vítimas de fome e seca entre 1774 e 1975. Estas condições, impulsionadas com a abolição do comércio de escravos em 1876, levam a que o interesse comercial do arquipélago diminua drasticamente, passando a vida local a assentar numa economia de subsistência (CARREIRA 2000).

A partir do século XIX, a única atividade que começa a demonstrar capacidade de proporcionar alguns benefícios à economia local é a exploração do sal nas ilhas salineiras de Maio, Boa Vista e Sal, agora sob o controlo dos seus habitantes que, desta forma, passam a fornecer este bem aos estrangeiros em condições mais vantajosas que anteriormente (NOS GENTI, 2014, p. 1).

Conforme a citação, a partir do século XIX, o único benefício, ou seja, a economia local dos habitantes das ilhas era a produção de sal.

Como se percebe, nesse capítulo tratamos do processo da ocupação de Cabo Verde e a sua colonização pelos portugueses. Destacamos também o tráfico de escravos como uma das atividades econômicas da ilha e as causas do seu subdesenvolvimento como resultado da sua exploração histórica. Cabe anotar ainda, as resistências de seus povos escravizados.

CAPÍTULO III

IMPACTO DO TRÁFICO ESCRAVISTA E DA ESCRAVIDÃO NA FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO DE CABO VERDE

O cabo-verdiano, Hopffer David Almada (2006, p. 45-46), em seu trabalho, defende que nos primeiros séculos, a maioria da população era constituída por escravos da Guiné, ou deles descendentes. O recrutamento de escravos fez-se em diversos pontos da costa.

Para os escravos, a chegada às ilhas foi traumática. Arrancados das suas terras, expropriados de bens, direitos e liberdades, privados das suas identidades e posições sociais, os africanos chegavam ao arquipélago como cativos, forçados à escravidão e transformados em mercadorias.

Os escravos eram capturados e levados para o arquipélago de onde seguiam, mais tarde, para trabalhar nas produções de cana-de-açúcar, café e algodão, quer no Brasil, quer nas Antilhas.

Cabo Verde tinha, então, uma situação estratégica fundamental, não apenas para a exploração da costa africana e do caminho marítimo para a Índia, mas também para o tráfico de escravos, o qual conhece um período áureo entre os séculos XVI e finais do século XIX.

Enquanto decorria uma intensa atividade mercantil, acontecia também o processo de fusão de raças e culturas. De fato, muitos dos primeiros colonos brancos foram expulsos para Cabo Verde sem as suas famílias e estabeleceram ligações com mulheres escravas. Um grande número de “lançados” chegou mesmo a casar com mulheres africanas, como forma de consolidar a sua posição social em várias sociedades da região e, por diversas ocasiões, os seus interesses políticos e económicos chocavam com os dos portugueses (ALMADA, 2006).

A integração dos escravos na sociedade insular ficava inteiramente sujeita à vontade do seu senhor. Isto porque a subida na escala social só era possível ao escravo quando passava a ‘forro’ por vontade do seu proprietário.

Os escravos que demandavam Santiago nos primeiros séculos de colonização, tanto podiam estar apenas de passagem na ilha a caminho da América, como serem trabalhadores nas propriedades rurais do interior ou exercerem serviços domésticos e ofícios especializados na cidade (ferreiros, sapateiros, alfaiates, artesãos, vendedores, carregadores e até mercadores).

Podemos dividir os escravos de Santiago em três grupos: o primeiro era constituído pela maioria dos escravos chegados, com o estatuto de mercadoria, as «peças», que ficavam na Ribeira Grande ou na Vila da Praia apenas o tempo necessário para serem reexportados. O segundo grupo era composto pelos escravos rurais, destinados às fazendas do interior de Santiago e do Fogo, uma massa anônima que desempenhou um papel relevante no povoamento e formação da sociedade insular. O terceiro grupo era formado pelos escravos domésticos (principalmente escravas) e de ofícios especializados. Faziam parte deste último grupo os escravos urbanos que, vivendo numa sociedade mais aberta que a rural, gozavam de maior liberdade de movimentos e tinham acesso a diversas atividades. Além de escravos domésticos, eram artesãos, escravos de aluguer, vendedores, carregadores e «escravos-mercadores».

Os escravos domésticos eram privilegiados, até certo ponto, em comparação com os demais. Viviam com os seus proprietários e podiam alcançar a alforria por «bom comportamento», na maior parte das vezes por via testamentária. Contudo, esta situação de privilégio era precária, qualquer infração ou ato de rebeldia podia significar o seu envio para as fazendas rurais ou sua venda a um forasteiro de passagem.

Nas ilhas, os escravos estavam sujeitos às arbitrariedades e violência dos capatazes na obrigação de produção para o senhor.

Outro aspecto particular de Cabo Verde era a elevada percentagem da população que se deslocava de modo forçado ou espontâneo para outros continentes devido ao alto grau de dificuldades económicas, a extrema pobreza e a alta taxa de mortalidade, acentuado na época de secas, pragas e epidemias (HERNANDEZ, 2005, p. 527).

Devido à enorme exploração nas ilhas de Cabo Verde e à seca, a população das ilhas foi levada para servir as mãos de obras baratas nos outros continentes e nos próprios países africanos para plantação de café, cacau e cana-de-açúcar.

Ainda assim, e em consequência das muitas e variadas dificuldades que o arquipélago enfrenta, é iniciado nesta altura um dos fenômenos mais marcantes da história de Cabo Verde: a emigração.

Secas prolongadas e epidemias continuaram a provocar milhares de mortes e uma enorme emigração. A partir de 1880, estes emigrantes constituem, já, importantes comunidades permanentes nos portos baleeiros dos EUA, como New Bedford, Providence, Nova Inglaterra, etc.

Em finais do século XIX, dezenas de milhares de cabo-verdianos começaram a ser compelidos ao trabalho forçado nas plantações de São Tomé e Príncipe. Entre 1900 e 1922, por exemplo, foram enviados para as plantações de São Tomé 23.978 cabo-verdianos, prática que se prolongou até 1974.

CAPÍTULO IV

RESISTÊNCIAS, LUTA PELA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA E A SEPARAÇÃO ENTRE O CABO VERDE E A GUINÉ BISSAU

No presente capítulo, trataremos o processo da luta pela independência de Cabo Verde e a separação de Cabo Verde com a Guiné Bissau.

Os movimentos de resistência estão presentes em toda história da África e em todos lugares (M'BOKOLO, 2009; 2011). No que diz respeito a Cabo Verde, em 1876, foi proclamada a abolição definitiva dos escravos, seguida pela tutela por dois anos, com exceção da ilha de São Vicente, onde a abolição ocorreu por portaria Régia, em 10 de março de 1857. Porém, os efeitos perversos da escravidão contaminaram as formas de trabalhos posteriores que se tornaram mais definidas em fins do século XIX, compreendendo grandes números de variações (HERNANDEZ, 2005. p. 524).

A primeira manifestação, afirma Hernandez (2005), contra fome e o desemprego, no século XX, em São Vicente, refletia o crescimento da consciência política. A literatura passou a ser um projeto ideológico, voltando-se para o popular, ao mesmo tempo em que colocava o princípio da nacionalidade e o tema da conquista das liberdades no centro de suas reflexões. O desejo de não opressão passou a ser expresso com maior constância e ênfase. O discurso das elites culturais continha como característica principal a reivindicação dos direitos do homem e do cidadão.

A partir dos anos de 1940, aconteceram algumas revoltas espontâneas por parte de uma pequena facção do povo rural “badiu” da Ilha de Santiago, contra o Catolicismo Português e a administração colonial. Este grupo assume um movimento de cariz político a partir dos anos de 1960, sendo os seus membros chamados de “rebelados” e aderiram ao Partido de Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), criado por Amílcar Cabral (HERNANDEZ, 2002). A luta pela independência eclodiu em 1963 na Guiné Bissau, que conduzida por Amílcar Cabral, pretendia construir uma pátria comum com a Guiné.

Em 1955, as ideias sobre direitos do homem somaram-se àquelas relativas à Conferência de Bandung, marco na luta dos países africanos e asiáticos pela independência, no âmbito dos países de não alinhamento.

O derrube da ditadura em Portugal, a 25 de Abril de 1974, precipitou a independência de Cabo Verde e da Guiné-Bissau. O governo português reconhece o Estado da Guiné-Bissau, assim como o direito de Cabo Verde à independência. O PAIGC é também reconhecido como o único e legítimo representante dos povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

(...) Os primeiros sujeitos desse processo foram as elites culturais, incluído os líderes do movimento de independência. Quanto às massas populares, a grande base social de apoio, começou a desenvolver uma tímida consciência nacional, só depois da criação dos estados nacionais. Quanto ao movimento de independência de Cabo Verde e da Guiné Bissau, foi liderado por Amílcar Cabral. Em 1956 fundou em Bissau o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que luta pela libertação. Em 1973, um ano antes da Revolução dos Cravos em Portugal, Amílcar Cabral é assassinado (HERNANDEZ, 2005, p .529).

Segundo David Hopffer Almada (2003), depois da morte de Amílcar Cabral em 20 de janeiro de 1973, a Guiné Bissau e Cabo Verde conseguiram suas independências comandadas por PAIGC que conduziu toda a luta para as independências, naturalmente reconhecido como legítimo representante dos povos dessas duas antigas colônias por toda a comunidade internacional e assumida, designadamente, pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela organização da União Africana (OUA).

Em 24 Setembro de 1973, a Guiné Bissau proclamou unilateralmente a sua independência. Em 19 de Dezembro, de 1974 foi negociada e rubricada com as autoridades portuguesas, os termos e as bases do acordo para independência de Cabo Verde. Em 05 de Julho de 1975, foi proclamada a independência de Cabo Verde, e passou a ser governado em regime de Partido único, ou seja, pelo partido supraterritorial, o PAIGC. O país era considerado, na altura, por muitos, como um país inviável, devido as suas próprias fragilidades (HERNANDEZ, 2005).

A unificação com a Guiné é abandonada em 1980, na sequência de um golpe de estado em Guiné-Bissau. O PAIGC dá lugar ao Partido de Independência de Cabo Verde (PAICV), restringindo a sua ação em Cabo Verde.

Pós a independência acentuaram-se as divergências entre cabo-verdianos e guineenses que formavam quadro da direção supranacional, situação agravada durante o III congresso do PAIGC, em 1977, desembocando no cismo político-partidário de 1980 e na fundação do

Partido Africano para Independência de Cabo Verde (PAICV) (HERNANDEZ, 2005. p. 534).

A questão é que no período colonial os cabo-verdianos já tinham a oportunidade de frequentar escola, ou seja, estudar, e depois da independência eles ocuparam todos os setores administrativos nestes dois Estados, ou seja, cargos públicos.

Em 1981, o partido que governava Cabo Verde deixou o PAIGC e deu forma a seu próprio partido: PAICV. A constituição aprovada pelo legislativo em 1981 formalizou a separação de Guiné-Bissau.

Em 1991, o país conhece uma viragem na vida política nacional, tendo realizado as primeiras eleições pluripartidárias, instituindo uma democracia parlamentar.

A afirmação do estado nação cabo-verdiana tem seu ponto alto no momento da Independência Nacional, a 5 de Julho de 1975, após uma longa luta de libertação nacional. A 13 de Janeiro de 1991, é instalado o regime multipartidário, e o país rege-se, desde então, por uma democracia parlamentar com eleições livres e com todas as instituições de uma democracia moderna. O país destaca-se também pela estabilidade e ausência de qualquer tipo de conflito (SAMUEL, 2009, p. 72).

Conforme a citação anterior, a afirmação de Cabo Verde como Estado-nação começou a partir de 1975, data da sua independência. O mesmo autor defende que a partir de 1991, Cabo Verde se destacou pela sua estabilidade política. Como se verá, na seção seguinte, essa situação de estabilidade e o fator de consolidação da democracia em Cabo Verde.

CAPÍTULO V

IDENTIDADE NACIONAL E DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE

Neste capítulo trataremos dos esforços realizados pelo Estado-Nação de Cabo Verde para a construção da democracia e do desenvolvimento social e econômico. Este país africano conta com uma população estimada, em 2013, de 531.406 habitantes.

5.1. Cabo Verde: Estado-nação, democracia e desenvolvimento

Em Cabo Verde, a política tem sido sempre muito orientada para os consensos e o governo de maioria, e as liberdades civis têm sido geralmente respeitadas. Desde que alcançou a independência, Cabo Verde não foi cenário de qualquer golpe de estado, um recorde na região que partilha apenas com o Senegal. As sólidas instituições de Cabo Verde refletem-se na pontuação que atinge no índice Polity IV, que avalia a firmeza do enquadramento democrático de um país. Uma nota 0 no Polity IV indica uma total autocracia, e uma nota 10, um elevado nível de democracia. Cabo Verde é o único país da região a ter nota 10. Desde a introdução da democracia multipartidária na década de 1990, as instituições políticas e sociais de Cabo Verde têm-se vindo a consolidar, rápida e continuamente (NAÇÕES UNIDAS, 2010).

A integridade das suas instituições, conforme as Nações Unidas (2010), não tem par na África Ocidental e ultrapassa a das outras antigas colônias portuguesas (a pontuação Polity IV de Angola é 2 e a de Moçambique 5). A nota Polity IV de Cabo Verde é mais elevada que a da África do Sul (9) e fica a par do país com melhor desempenho de África: as Ilhas Maurícias (10). Cabo Verde está atualmente em segundo lugar na Avaliação Política e Institucional do País (CPIA) que abrange todos os países da Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA) e é o primeiro entre os países da África Subsaariana (ASS).

As duas mais recentes voltas de eleições nacionais, realizadas ambas em 2011, trouxeram uma situação nova à política de Cabo Verde. Pela primeira vez, o Presidente e o Primeiro-ministro representam partidos diferentes: o Movimento para a Democracia

(MPD) e o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), respetivamente.

Quanto ao desenvolvimento social e econômico, conforme o Instituto Nacional de Estatísticas (NAÇÕES UNIDAS, 2010), a grande maioria da população de Cabo Verde (61,8%) mora, hoje, nas cidades, mostrando uma tendência comum nos países de rendimento médio, que é a migração das áreas rurais para as áreas urbanas. No ano 2000, a população nas áreas urbanas correspondia a 47,8% da população do país; já em 2010, a maioria da população de Cabo Verde encontram-se nas áreas urbanas (61,8%).

Entretanto, em 16 dos 22 Concelhos de Cabo Verde, a população rural é proporcionalmente maior do que a urbana. O Concelho com maior população, e praticamente toda sua população tida como zona urbana (97,1%), é Praia (aproximadamente 132 mil pessoas), com quase o dobro da população do segundo Concelho mais populoso que é São Vicente com 76 mil habitantes, e também onde 92,5% da população estão na área urbana. Retirando-se estes dois concelhos, quase 62% da população de Cabo Verde ainda residem em zonas rurais. O Concelho com menor população é Tarrafal de São Nicolau, com um pouco mais de cinco mil pessoas (NAÇÕES UNIDAS, 2010).

Entre 2000 e 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Cabo Verde, segundo as Nações Unidas (2010), passou de 0,500 para 0,534. Em comparação com a média dos países da África Subsaariana, Cabo Verde tem tido sempre um dos melhores desempenhos no IDH. Essa melhoria acompanha o progresso que Cabo Verde tem atingido em várias frentes, quer na alfabetização, quer na garantia do acesso aos cuidados primários de saúde e aumento da esperança de vida.

Com a inexistência de recursos naturais, e com uma posição estratégica entre os três continentes, Cabo Verde definiu o turismo e a prestação de serviços, com particular destaque para os serviços portuários e aeroportuários, como pilares essenciais do seu desenvolvimento. País altamente dependente das importações, incluindo os produtos petrolíferos. Cabo Verde tem desenvolvido a sua agricultura, essencialmente para consumo interno, apesar dos efeitos da seca. A exploração dos recursos marinhos constitui, também, um forte componente da economia cabo-verdiana. Assim sendo, os

serviços constituem 80% do PIB, a agricultura 11% e a Indústria e energia 9%. O PIB “per capita” situa-se em 2130\$ (2006) (NAÇÕES UNIDAS, 2010).

A remessa dos emigrantes e a ajuda externa ao desenvolvimento são outros componentes importantes do setor econômico de Cabo Verde. Em 35 anos de independência, Cabo Verde tem conhecido progressos consideráveis como, por exemplo, o crescimento do Produto Interno Bruto. As taxas de crescimento real do PIB têm sido em média 5.7% por ano entre 2000 e 2005, e a taxa de crescimento, segundo dados de 2006, de 10.8% (NAÇÕES UNIDAS, 2010).

O arquipélago de Cabo Verde atingiu uma taxa média anual de 19,3% de crescimento de entrada de turistas entre 1990-2000 enquanto país em desenvolvimento (PED), ocupando a primeira posição entre os pequenos estados insulares (PEI), segundo a OMT.

Mantendo esta tendência de crescimento, os relatórios de contas do Banco de Cabo Verde (BCV) verificando que o setor atingia 2% em 1995, em 2003 já atingiam 10,10%. A receita do Turismo aparece com um saldo positivo na balança de pagamentos a partir de 1999, e a contribuição deste sector de atividades nos serviços foi evoluindo de forma positiva, abrangendo, em 2003, cerca de 41,60% do crédito social dos serviços (NAÇÕES UNIDAS, 2010).

5.2. Desenvolvimento cultural e identidade nacional

A diversidade de experiências históricas na tentativa de adoção do modelo ocidental de Estado-nação pelo mundo não europeu tornou-se tema recorrente no campo das ciências sociais. O que nem sempre tem recebido a devida atenção é a complexidade dos efeitos desse processo de construção nacional no domínio linguístico. Ainda que a língua tenha sido considerada um dos principais atributos de definição da nação, pouco se tem discutido sobre sua condição enquanto produto de um processo político que implica escolhas e reelaborações diversas de grande impacto sociocultural. A análise dessas questões, além de lançar um novo olhar sobre o processo de construção nacional em Cabo Verde, busca contribuir para a discussão mais ampla sobre a interação dos domínios da língua e do poder (ALMADA, 2006).

A forma de colonização portuguesa em Cabo Verde e de agir das elites cabo-verdianas são fundamentais à compreensão da construção da identidade nacional em Cabo Verde. Isso porque a forma de ocupação e as estratégias usadas pelos portugueses e pelas elites cabo-verdianas aliadas aos portugueses no projeto colonial, distanciaram os cabo-verdianos de suas “raízes africanas” e os aproximaram mais da “cultura europeia”, possibilitando questionar se são africanos, atlânticos, europeus ou uma mistura de todos esses atributos.

Em suas definições sobre a “cabo-verdianidade”, muitos elementos indenitários são acionados e se relacionam, como “raça”, língua, religião e nacionalidade (ALMADA, 2006). Assim, poderíamos considerar que Cabo Verde é produto do período colonial e da sua reinvenção na pós-colonialidade.

Os povos de Cabo Verde são mestiços, descendentes de uniões extramatrimoniais entre brancos e negros. Como já tínhamos referido anteriormente, para a formação do Homem cabo-verdiano contribuíram, inicialmente, povos vindos de duas áreas geográficas bastante distintas, quais sejam os brancos europeus e negros africanos, e tentaremos averiguar a identidade étnica dos indivíduos que entraram na composição de cada um.

Como é sabido, os africanos eram os principais povoadores do arquipélago na medida em que eram maior número dos restantes povos que para cá vieram. Mas é muito difícil saber cabalmente as suas origens étnicas, uma vez que eles eram mercadorias como quaisquer outras. Os portugueses não preocupavam, nunca, saber se os escravos eram de qualquer outra etnia que fosse.

Mas, alguns estudiosos, como Hernandez (2005), Carreira (2000), afirmam que a possibilidade de tentar ter algumas pistas sobre as origens dos africanos que vieram para Cabo Verde é através dos portos de resgate. Por outro lado, sabe-se que os marinheiros portugueses e cabo-verdianos faziam resgate na zona comumente designada de Costa da Guiné, que ia, aproximadamente, desde a margem sul do rio Senegal ao rio Orange, no limite norte da Serra Leoa. Esta região era também onde os moradores de Santiago estavam autorizados a resgatar produtos e escravos, de acordo com o estipulado na carta de 1472.

Ao procurar esclarecer as origens do seu povoamento, têm-se apontado fidalgos portugueses, alguns genoveses e espanhóis ou seus descendentes e alguns flamengos, para ali mandados pelos reis e príncipe; e escravos negros trazidos da costa e rios da Guiné. Desse modo fica-se com a impressão de que a sociedade insular teve por base indivíduos de duas classes: os europeus (fidalgos) e os escravos africanos, e os próprios africanos livres entrados voluntariamente (CARREIRA, 2000, p. 281-282).

Poderíamos até dizer que em Cabo Verde houve uma dupla miscigenação étnico-cultural, uma envolvendo europeus e africanos, outra envolvendo as várias etnias negros africanas que concorreram para a constituição da população cabo-verdiana (ALMADA, 2006, p. 52). A mestiçagem (homem branco e mulher preta) processava-se normalmente e dava os seus frutos; formava-se, desse modo, a sociedade mista e escravocrata.

Antonio Carreira (2000, p. 306) tentou fazer um levantamento sobre a distribuição de grupos étnicos, baseada nos textos portugueses dos séculos XVI e XVII, e em elementos de diversas origem. Para uma melhor referenciação, aquele autor atapetou os critérios de limitar os setores do tráfico pelos rios mais importantes ou mais conhecidos.

Convém, no entanto, esclarecer que o povoamento antigo de Santiago e de Fogo não se fez unicamente com escravos, como a primeira vista se supõe. Também houve povoadores africanos livres, idos para as ilhas espontaneamente em companhia de negociantes, missionários e capitães de navios, como sejam Banhuns, Cassangas Buramos os quais, por continuação e comunicação que mantêm com os nossos portugueses, são mui ladinos e falam, muitos, a língua portuguesa, e muitos recebem a água do batismo por sua vontade indo-se fazer cristão na ilha de Santiago.

Nas regiões acima referidas, afirma aquele autor, foram inventariados vinte e sete grupos étnicos e alguns subgrupos. Entretanto, os comerciantes de Santiago tinham restrições de mercadorias que podiam levar para a costa, e eles só iam à zona onde os seus produtos eram mais bem aceitos. Dentre os principais produtos que eles levavam para a Costa estava o algodão e os seus derivados (temos o exemplo de pano de terra). Este era muito procurado na região do rio Casamansa (no Extremo Sul da atual República do Senegal), rio São Domingos e rio Grande (atual Guiné Bissau). O grosso dos navios armados em Santiago partia em direção a essa região.

No rio São Domingos havia mais escravos de que os restantes. De ali vinham para Cabo Verde Banhus, Buramos, Cassangas, Jabundos, Felupes, Ariantas, e Balantas. Do rio Grande vinham Naluns, Bijagós e Burames. Ainda temos informação de que havia alguns Jalofo no arquipélago. Também se levanta a hipótese de ter havido em Cabo Verde alguns africanos livres que acompanhavam os comerciantes. Segundo Elisa Andrade (2000), estes africanos desempenhavam o papel de intérprete dos lançados e dos marinheiros de Santiago nos rios de Guiné. Em suma, afirma o autor, podemos dizer que estes são os povos que, ao se cruzarem uns com os outros, formaram aquilo que hoje é o homem cabo-verdiano.

Aproveitemos das reflexões de Carlos Lopes para problematizar a identidade nacional em Cabo Verde. Segundo Carlos Lopes (2003), nação é uma ideia, um sentimento de solidariedade intergrupos na base dos mesmos princípios que os do conceito do grupo étnico. A nação carece de um espaço de expressão maior e de uma estrutura política mais importante, normalmente protagonizada pelo Estado. Os portadores do interesse nacional utilizam habitualmente este último para erigir essas bases. Diz-se que é a classe “nacional”, pois é ela que possui uma consciência de criar a nação. Na realidade são os representantes de uma vontade de integração econômica que, durante bastante tempo criaram o mito do binômio Estado-nação como forma de assegurar a criação do mercado.

As nações quase nunca coincidem, para Lopes (2003) com as fronteiras jurídicas dos Estados, o que serve para justamente demonstrar a contradição do binômio Estado-nação, e exprimir antes a noção de entidades englobantes ou englobadas em função das relações de poder. A nação é normalmente uma plataforma de consenso que legitima o poder. Nos malinke, o sufixo exprime justamente esta ideia, servindo para designar tanto os povos como o território, já que ambos são atributos de um poder legitimado.

As lutas contemporâneas, para Lopes (2003), para a independência dos países africanos foram muito influenciadas pela concepção “moderna” de Estado-nação. Assim, a maior parte dos movimentos independentistas fez sua a bandeira da reconstrução nacional, admitindo indebitamente a existência de nações antes da dominação colonial que necessitariam de ser reconstituídas. Na realidade, dificilmente se pode justificar a existência de tais nações antes ou durante a presença colonial, em função dos territórios definidos pelos Estados contemporâneos.

Chega-se, assim, facilmente à conclusão que a reivindicação nacionalista era baseada num mito que não deixou, no entanto, de engendrar as dinâmicas políticas necessárias à independência dos países africanos. Este é um exemplo de como se podem utilizar formas de identidade que pouco têm a ver com fatos específicos, mas que muito têm a ver com dinâmicas de poder bem precisas (LOPES, 2003, p.50)

Algumas relações culturais e sociais podem transformar um espaço numa entidade. A procura de denominadores comuns pode levar à produção de uma identidade nacional. Qualquer identidade nacional é sempre o produto de uma mestiçagem. As mestiçagens não são necessariamente redutíveis ao biológico, mas quase sempre existe esse componente que pode ser racial ou não (no entendimento corrente que temos de racial). Tanto o espaço malinke como o kaabunke são a evidência da produção da mestiçagem.

Desde as características socioeconômicas até as culturais e linguísticas, é óbvia a interação, o emprestar de alguns povos em relação a outros de vários elementos constitutivos das gnosés que define etnia ou nação. Os fenômenos de mestiçagem na origem do estabelecimento da comunidade afro-portuguesa e cabo-verdiana são mais fáceis de identificar devido a componente religioso e racial exógena.

Não deixam, no entanto, de ser fenômenos da mesma natureza que os anteriores. Hoje em dia, a influência malinke e kaabunke pode ser classificada como de dominante endógena, enquanto que a afro-portuguesa e cabo-verdiana deu origem a uma identidade crioula – reforçada pela política de assimilação – que essa sim é de dominante exógena (LOPES, 2003).

Em África é ao Estado pós-colonial que compete a tarefa de construir a nação, mas de acordo com o entendimento que dela têm as classes que estão no poder. Na ausência de uma reflexão profunda sobre as características históricas das sociedades, as justificações da construção nacional são vagamente políticas, produtivistas, quase nunca culturais (LOPES, 2003, p. 51).

Poderíamos até dizer que em Cabo Verde houve uma dupla miscigenação étnico cultural. Uma envolvendo europeus e africanos, outra envolvendo as várias étnicas negros africanas que concorreram para a constituição da população cabo-verdiana, como já mencionamos anteriormente nos fundamentos no intelectual cabo-verdiano Hopffer David Almada.

Desde o povoamento até o período do fim processo colonial português, estas especificidades mantem-se e cremos residir, fundamentalmente, em duas ordens de fatores.

Primeiramente, no fato de se tratar de ilhas. Mais do que isso, geoestrategicamente localizadas. Em segundo lugar, por terem sido achada desabitada.

Esse caráter misto de povoamento acabou por fazer da sociedade cabo verdiana, uma sociedade socioculturalmente singular, com subsídios do continente africano e da Europa (ALMADA, 2006, p. 56-57).

Em Cabo Verde, a resistência cultural africana era difícil por múltiplas razões. Primeiro, pela própria violência, física e simbólica, que a transladação de um meio sócio ecológico cultural, conhecido e construído, para um espaço novo, desconhecido, a carreta. Em segundo lugar, pela nova situação de vida: de sujeito passar a ser objeto, de homem passar a ser coisa. Em terceiro lugar, devido ao número diminuto de africanos de cada uma das etnias presentes no arquipélago, o que dificultava a manutenção das tradições e das práticas culturais originárias e o recurso à memória coletiva a que os escravos podiam fazer apelo para sobreviverem culturalmente. Em quarto lugar, o assimilacionismo sociobiológico teve reflexo a nível cultural, dificultando, sobremaneira, a manutenção intacta de manifestações culturais negras africanas.

A forte presença da igreja em Cabo Verde, a pressão exercida por ela sobre as autoridades admirativas, além, é claro, do próprio processo assimilacionista característico da colonização portuguesa, transformaram as manifestações culturais afro negras, sincretizando-se. O africano em Cabo Verde conseguiu pôr em marcha um mecanismo de reorganização de sua personalidade cultural, que lhe poupou um conflito cultural, uma vez realizada a fusão de raças e culturas, e está na base da sua afirmação como um povo de uma cultura homogênea (ALMADA, 2006, p. 64-65).

A defesa duma identidade cultural cabo-verdiana é uma constante nos escritos dos ensaístas cabo-verdianos. Defesa esta que, por vezes, torna-se paradoxal, ao querer separar Cabo Verde tanto da África quanto de Portugal (Europa).

A forte miscigenação ocorrida em Cabo Verde, o caráter peculiar de que se revestiu a sociedade escravocrata cabo-verdiana, a pouca diferenciação social resultante dos fracos recursos da então colônia, permitiram que, sem olvidar a situação de dominação reinante, houvesse um amalgamento cultural para o qual contribuíram a modicidade do número de brancos reinóis e o fato de, a partir de um determinado

momento, cabo-verdianos, em bom número mestiço, passaram a garantir a administração pública local e, mesmo, doutras colônias.

5.3. Cultura de Cabo Verde e suas manifestações linguísticas e religiosas

Segundo Filinto Elísio Correia Silva (2005, p.19), a cultura é o maior desafio da nação global, e isto porque ela é a consciência do nosso mundo e do mundo dos outros. Essa consciência dá-nos a dimensão das coisas e estabelece a ponte com o passado, semeia a visão do futuro, constrói o progresso e a qualidade de vida.

Em Cabo Verde, para aquele autor, foi a cultura que impulsionou as diversas revoltas sociais para a conquista da dignidade; foi a cultura, ainda que impulsionou o povo cabo verdiano à luta para a independência, à construção da liberdade, e democracia do estado de direito.

As manifestações culturais mais comuns têm como base a dança e a música. Dos ritmos musicais típicos, destacam-se o batuque, funaná, morna e a coladeira.

Pelo fato de ser povoado por diferentes povos, Cabo Verde possui uma miscelânea cultural muito grande, mistura essa que é visível não só na cor da pele, mas também nos trajes, na culinária, sotaques e no modo de viver em geral. A população é formada de 70% de mestiços, 28% de negros e apenas 2% de brancos. As ilhas, embora próximas umas das outras, têm algumas diferenças culturais. Assim a população das ilhas situadas mais ao sul do arquipélago permanece mais fiel às manifestações africanas, enquanto as mais a norte já não são tão enraizadas na cultura do continente. O que dizer das línguas em Cabo Verde? A situação linguística, em Cabo Verde, caracteriza-se pela existência de duas línguas com estatutos e funções diferenciados: a) Língua portuguesa: oficial, internacional (ou estrangeira) formal, escrita, o estado (a burocracia) dominação cultural, elite modernidade, (as funções de comunicação formal, administração, ensino, literatura, justiça, massa-média); b) Língua crioula: materna, nacional, informal, oralidade à nação, resistência cultural, massas cabo-verdianas, tradição (reservadas às funções de comunicação informal, particularmente o domínio da oralidade) Filinto Elísio CORREIA e Silva, 2005.

Antes de sua descoberta e agregação como parte do Império Colonial Português, o arquipélago de Cabo Verde parece ter se mantido como um território desabitado. A chegada dos portugueses, na segunda metade do século XV, proporcionou a ocupação das ilhas, com um contingente populacional engrossado pelos africanos trazidos do continente como escravos. Juntamente com os colonizadores portugueses, alcançava o arquipélago também a língua portuguesa, que viria a desempenhar um papel de destaque na constituição dessa sociedade nascente.

O português, porém, logo teve que disputar espaço com outra língua que crescia em importância no contexto singular de formação da sociedade cabo-verdiana. Em uma situação de contato estreito e prolongado entre populações de origens diversas, com línguas ininteligíveis entre si, teve início em Cabo Verde um processo de crioulação linguística. Como não existiam línguas nativas no arquipélago, o crioulo cabo-verdiano teria surgido a partir do português, que lhe forneceria a base lexical, e das línguas dos africanos que entraram em contato com os colonizadores.

A diversidade de experiências históricas na tentativa de adoção do modelo ocidental de Estado-nação pelo mundo não europeu tornou-se tema recorrente no campo das ciências sociais. O que nem sempre tem recebido a devida atenção é a complexidade dos efeitos desse processo de construção nacional no domínio linguístico. Ainda que a língua tenha sido considerada um dos principais atributos de definição da nação, pouco se tem discutido sobre sua condição enquanto produto de um processo político que implica escolhas e reelaborações diversas de grande impacto sociocultural. A análise dessas questões, além de lançar um novo olhar sobre o processo de construção nacional em Cabo Verde, busca contribuir para a discussão mais ampla sobre a interação dos domínios da língua e do poder (ALMADA, 2006).

A proporção de negros em relação à população branca foi elevada desde o início da colonização, por volta de 1582 existiriam nas ilhas de Santiago e do Fogo cerca de 1370 escravos, para um total de uma centena de brancos. Se considerarmos que os negros africanos transferidos para as ilhas trazem consigo a sua língua, o seu hábito, a sua visão do mundo, chega-se facilmente à conclusão que a presença desses mesmos valores na formação social cabo-verdiana foi acentuada.

Ainda que estivesse sob dominação e sob cativeiro, os valores culturais reorganizados permaneciam. A língua cabo-verdiana que terá sido, por certo, inicialmente criada pelos escravos devido à necessidade de se comunicarem entre si e com os seus senhores e que, mais tarde, se transformou numa língua comum e nacional e, até certo ponto constitui o exemplo de um novo padrão cultural que emergiu do contato de mais grupos e vários subgrupos étnicos, foi e era considerada como resquício do passado escravo.

(...) Ademais, isso demonstra a importância da vertente afro negra na constituição e na formação social cabo-verdiana. A língua cabo verdiana constitui um dos traços mais significativos da cultura cabo verdiana, fenómeno cultural por excelência; Ela é como que a respiração do povo que o criou e dele se serve como instrumento de comunicação humana ela surge com a constituição do Cabo Verdiano, pois que resultou da necessidade de comunicação verbal entre pessoas das mais diversas origens (ALMADA, 2006, p.59-73).

Surgiu, conforme Almada (2006), por estes vários instrumentos linguístico, a língua cabo-verdiana como que para adocicar as relações, para construir-se no ideal weberiano de mestiçagem.

Metaforicamente falando, o crioulo, nascido do contato constante permanente, o “funco” e o “sobrado”, acabou por conquistar ambos e alargar-se às cidades, deixando a mera oralidade, para ser também um instrumento literário (ALMADA, 2006 p.74).

Para Almada (2006, p.159), a cultura, sendo ela própria a expansão e a forma de estar dum povo, é a base da nação e, por isso, é o principal suporte da unidade nacional. A cultura ajuda a afirmar e a consolidar a unidade nacional. Ela constitui, na base e na sua essência, o alicerce sobre que tida uma nação se sente uma e unida, e é dela que advém esta força e a razão de se sentir, se assumir, se apresentar e se identificar como nação. Consequentemente, as línguas faladas em Cabo Verde, o português e o crioulo, sobretudo este último, desempenham o papel da unidade nacional.

As religiões também são parte da identidade nacional de um povo. O que se pode dizer de seu papel em Cabo Verde? A prova da importância de Cabo Verde no processo de evangelização, é revelada na Ribeira Grande, pela presença da primeira Sé Catedral dos trópicos, a primeira de toda a África. A Sé Catedral foi inicialmente dirigida por um jesuíta, Francisco Santa Cruz, em 1546 e, em 1700 estava destruída, devido à

pirataria que se instalou naquela ilha quando da perda da soberania de Portugal para os Espanhóis. Quando Portugal recuperou a sua soberania, uma das primeiras ordens dos reis de Portugal foi enviar bispos neste território, como forma de continuar o trabalho de evangelização da Igreja. A religião predominante é a católica romana (mais de 90%). Outras denominações cristãs também estão implantadas em Cabo Verde, com destaque para os protestantes (NÓS GENTI, 2014, p. 2).

Há pequenas minorias muçulmanas. Os rabelados são um pequeno grupo católico tradicionalista específico de Cabo Verde. Muitos costumes das religiões tradicionais são preservados ainda. A liberdade de religião é garantida pela Constituição e respeitada pelo governo. Há boas relações entre as diversas confissões religiosas (NÓS GENTI, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho analisamos o processo de formação do Estado-nação em Cabo Verde, ocupação de Cabo Verde pelo Império Português que se iniciou em 1460, da Luta pela independência e a descolonização ocorrida em 1975. Este último ponto foi importante para a construção da identidade nacional cabo-verdiana, desenvolvimento social e político.

Percebemos que a identidade cabo-verdiana começou a se constituir no período da sua ocupação pelos portugueses a partir do século XV, onde muitos africanos de diversas regiões foram escravizados e vendidos. Além disso, o Estado-nação moderno se formou após a sua independência no século XX, e é esse estado nação que se responsabilizou pela construção da democracia e do desenvolvimento social e econômico.

Mostramos igualmente que Cabo Verde tinha passado por situações de crise social devido à seca, e o que causou migrações. Mas, por outro lado, percebemos os esforços de suas lideranças políticas a partir dos anos de 1990 para a construção da democracia. Para os estudiosos de Cabo Verde, a democracia tem trazido a estabilidade política e tem contribuído para o seu desenvolvimento econômico e social.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, Hopffer David. **Cabo Verde: Pela cultura e pela identidade em defesa da caboverdianidade**. In: ____ (Coord.). Ministério da cultura: o ano magico de 2006 olhares retrospectivos sobre a história e a cultura cabo-verdiana. Praia: Cabo Verde: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2008.

ANDRADE, Elisa. **Cabo Verde: povo, cultura e identidade cultural**. Disponível em: https://www.google.com.br/?gws_rd=cr&ei=1w7PUoOOFMXlsASfyIK4DA#q=ANDRADE%2C+Elisa.+Cabo+Verde%3A+povo%2C+cultura+e+identidade+cultural.

Acessado em: 09 jan. 2014.

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombros: Nação, identidades e pos-colonialíssimo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Gramond, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade; para uma teoria geral da política**. 1ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

CARREIRA, Antônio. **Cabo Verde: Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)**. 3 ed. Praia, Cabo Verde: Instituto de promoção cultural, 2000.

CAMPOS, Madeira Martinoli Simone. **Teorias marxistas e weberianas sobre o estado**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2001. Disponível em: http://www.fau.usp.br/docentes/depprojeto/c_deak/AUP840/4dossie/martinoli01/TP1-mx-web.pdf. Acessado em: 12 dez. 2013.

HERNANDES, Leila Leite Hernandez. **A África na sala de aula: Visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

_____. **Os filhos do sol: A formação do estado-nação em Cabo Verde**. São Paulo: Summus, 2002.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. 1 ed. Belo Horizonte. (ED) UFMG, 2011.

KI-ZERBO, Joseph. Introdução geral. In: ____ (Ed.). **História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. 2 ed. Revisada. Brasília: UNESCO, 2010, p. XXXI-LVII.

LOPES, Carlos. **Construção de identidades nos rios de guiné do cabo verde**. Africana Studia, nº 6, ed. Da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003. Disponível em: http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS06_045.pdf. Acessado em: 09 fev. 2014.

MAZRUI, Ali A.. Introdução. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.). **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 1-29.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações. Tome 1 (até o século XVIII)**.

Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

_____. **África negra: história e civilizações. Tomo II - Do século XIX até nossos dias.** Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade.** 21 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

SAMUEL, Varela Spínola. **Desenvolvimento do turismo em Cabo Verde a partir da abertura política (1990) à atualidade.** Évora: Universidade de Évora, 2009, p. 1-145 (Dissertação). Disponível em: <http://portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/229>. Acessado em: 09 jan. 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Filinto Elísio Correia. **Cabo Verde 30 anos de cultura 1975-2005.** Praia: Instituto da Biblioteca e do Livro, 2005.

SITES CONSULTADOS

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA INE em Cabo Verde (2012). Disponível em: <http://www.ine.cv/>. Acessado em 24 dez. 2013.

NÓS GENTI – Negócios, pessoas e empreendimento em Cabo Verde. Disponível em: <http://www.nosgenti.com/?p=225>. Acessado em 21 fev. 2014.

NAÇÕES UNIDADES em Cabo Verde – Juntos em ação. 2010. Disponível em: <http://www.un.cv>. Acessado em 20 dez. 2013.